

MIGRAÇÕES E RETORNOS

BREVE HISTÓRIA DAS VIAGENS, LUTAS, VITÓRIAS E SOFRIMENTOS DE CAMPONESES DO NORDESTE MINEIRO

*Eduardo Magalhães Ribeiro **

Estradas

No correr do século XX as migrações de camponeses brasileiros seguiram dois destinos principais: as terras livres e férteis das fronteiras agrícolas ou as grandes cidades do Sudeste, onde as ofertas de trabalho foram crescentes até meados da década de 1970. Vários autores analisaram estas trajetórias e descreveram a ocupação e o fechamento das fronteiras agrícolas do Sudeste, a urbanização, as dificuldades e sofrimentos para incorporar à cidade uma população originariamente rural, agricultora e móvel¹.

Uma parte destes camponeses - parte importante, é bom esclarecer - era originária de Minas Gerais. Os mineiros viajaram rumo às fronteiras do Sudeste, Centro-Oeste ou Norte, em direção às cidades grandes do Sudeste, quase sempre abandonando uma terra esgotada, buscando a fertilidade e abundância de alimentos produzida pela terra nova das fronteiras, ou procurando emprego e dinheiro nas cidades que então se industrializavam.

Dentre as regiões de origem de migrantes mineiros destaca-se o Nordeste de Minas - Jequitinhonha e Mucuri -, cujas intensas migrações costumam ser associadas principalmente à pobreza local ou à capitalização agrícola dos anos 1970/80. Lavradores desta parte de Minas foram às fronteiras agrícolas da Bahia, Paraná, Espírito Santo e Goiás em busca de terra e participaram de quase todas as frentes de trabalho rural do Sudeste no século XX: São Paulo (1890/1960), sul de Goiás (1950/1970), Mato Grosso (1950/1970), Paraná (1950/1960). Depois, enfrentaram os empregos urbanos na construção civil de São Paulo (1970). Finalmente, na conjuntura adversa ao emprego dos anos 1980 recorreram ao corte de cana ou a serviços

urbanos residuais e temporários nas cidades grandes. Muitos foram e ficaram, outros iam e retornavam: isto dependeu do local de origem, família, relação com a terra e existência de fronteiras agrícolas, terra livre e oportunidades. Desde começos do século XX viagens, estradas e escolhas fizeram parte da vida destes lavradores.

É importante, neste processo, compreender três aspectos. Primeiro, saber que os migrantes pertenciam a categorias diferentes: sitiantes ou seus filhos, que exploravam terra própria e que, quando migravam, sempre poderiam contar com um certo apoio dos membros da família que permaneciam em seus *terrenos*; ou então eram agregados, lavradores que moravam nas fazendas e exploravam, por cessão, áreas de terras pelas quais não pagavam direitos. Segundo, é preciso entender que os destinos destes migrantes não eram individuais: eles os construíram em família e comunidade, escolhendo migrar para onde havia possibilidade de apoio de um amigo, parente ou conhecido que já se estabelecera antes. Terceiro, perceber que os destinos não eram necessariamente excludentes: lavradores poderiam tentar a sorte na fronteira agrícola durante certo tempo e daí retornar à comunidade de origem, para então experimentar a vida nas grandes cidades e, às vezes, dependendo dos resultados, retornar à comunidade ou à fronteira. Dadas as muitas possibilidades de combinações entre categorias, coletividades e destinos, as famílias camponesas da região ficaram pulverizadas. Entre grandes ou médias cidades do Sudeste e antigas ou novas fronteiras espalharam-se por lugares que parecem muito distintos os filhos e irmãs, pais e cunhados, sogras e genros. Mas, se compreendida a lógica migratória da comunidade de origem, se entende perfeitamente as razões daque-

le migrante².

Assim, as migrações para centros urbanos - que teve São Paulo como destino principal - foram alternativas ou prolongamentos das viagens para fronteiras agrícolas, sendo que nos dois destinos os migrantes encontrariam apoios. Foram viagens contemporâneas, e embora possam ser - e geralmente sejam -, consideradas migrações de tipo diverso por serem muito diferentes as questões enfrentadas, suas motivações fundamentais continuaram a ser as mesmas. Apesar das diferenças nas ferramentas, relações, costumes e usos do espaço, os personagens e suas razões não foram tão profundamente diferentes. Muitas vezes um só sujeito enfrentou trajetórias diferentes, de modo que entre fronteira agrícola e emprego urbano existe mais proximidade que imaginamos; há um seguimento que se percebe na lógica da reprodução camponesa. Sempre há um lavrador em busca de oportunidades e, geralmente, um lavrador que tem por meta conseguir a sua terra. Portanto, compreender cidade, fronteira, terra e luta por terra como sequências ou unidades é, quase sempre, mais proveitoso que analisá-las como descontinuidades. E é aí, então, que realmente entramos no assunto deste artigo.

O objetivo deste artigo é analisar ligeiramente a história de lavradores que viveram experiências de trabalho urbano, rural, fronteira agrícola, exclusão urbana e assentamento. O artigo combina duas fontes de informações. Uma vem da literatura demográfica e histórica; traça o pano de fundo dos deslocamentos dos migrantes e sua lógica. Outra, resulta de pesquisas de campo realizadas em áreas urbanas da Grande Belo Horizonte e áreas rurais do Nordeste mineiro, e busca interpretar as vivências de lavradores. Embora a experiência concreta aqui discutida diga respei-

to aos assentados do Nordeste mineiro - e a eles e às lições que nos proporcionaram agradecemos aqui - a reflexão procura focar a circularidade entre cidade e campo nas trajetórias de lavradores e a proximidade continuada entre experiência urbana e luta por terra.

Fronteiras urbanas

Dos anos 1970 em diante as migrações do Nordeste de Minas Gerais ganharam uma dimensão que nunca haviam alcançado e que depois jamais tornariam a ter. De um lado, as terras esgotavam-se e a fazenda expulsava seus moradores. De outro, cresciam as vantagens do emprego nas grandes cidades - principalmente São Paulo - comparadas ao trabalho rural e à fronteira agrícola: era trabalho seguro, remunerava muito melhor, exigia menos e dava acesso a bens de consumo que nem fazendeiros da região possuíam. Além das enormes diferenças entre salários urbanos e rurais, a cidade representava liberdade e mobilidade no trabalho (Bosco e Jordão Netto, 1967).

Nesse tempo - afirmam migrantes entrevistados - lavradores endividavam-se, comerciantes emprestavam a juros ou custeavam a viagem de ida na "meia", cobrando metade dos "lucros" que o trabalhador traria. A construção civil de São Paulo, principalmente, contratava trabalhadores que não possuíam qualquer experiência de trabalho urbano, capacitação ou registros anteriores em carteira de trabalho. Os salários rurais mineiros não serviam de base para comparação com os holerites paulistas: os diferenciais eram enormes e no Nordeste de Minas um vaqueiro experiente, de muita capacidade e serviço prestado, recebia meio salário mínimo mensal³.

Agenor Batista, lavrador que 20 anos depois viria a estar assentado na Fazenda Aruega, em Novo Cruzeiro/MG, conta que nascera e trabalhava no sítio familiar, até que,

"Um belo tempo, fiz as contas, e vi que ia sobrar coisinha de nada para mim."

Percebeu que ficaria sem terras, e seu destino seria um servicinho raro, pesado e barato de diarista em fazendas: escolheu São Paulo. Sua história é semelhante à dos outros que fizeram a mesma viagem: Isaías, Olímpio, João Machado, José Praxedes, Jovelino, Joãozinho, Osvaldino, tantos outros. Com abreugrafia e *registro* faziam

a carteira, com a carteira conseguiam o emprego, no esforço do trabalho qualificavam-se: de servente a pedreiro, de pedreiro a encarregado, daí a mestre. No trabalho, aprendiam, e em São Paulo, acuados na barbárie da cidade e premidos pela necessidade de economizar, refaziam sua comunidade de origem agrupando conterrâneos numa mesma companhia, numa mesma turma, no mesmo quarto e cozinha: construía uma comunidade de destino.

Os migrantes relatam que a construção civil nesse período instalou sistemas de organização de trabalho que decompunham o trabalho em subempreitais, e o trabalhador quase sempre recebia por tarefa, uma vez que era difícil adestrá-lo por outro meio. A jornada de trabalho era muito extensa, constantemente *dobrada*, o trabalho na construção civil muitas vezes sazonal e a insatisfação com as condições de trabalho associada à oferta grande de empregos certamente explicam a elevada rotatividade. Carteiras de trabalho de lavradores que migraram nos anos 1970 apontam uma ou duas contratações por ano; uma saída sempre em maio - festas juninas - e um retorno no segundo semestre do ano. As companhias utilizaram o recurso de formar chefes originários da mesma base dos trabalhadores: os encarregados, mestres de obras e cabos de turma - como os "gatos", responsáveis pela condução de migrantes sazonais - eram recrutados entre pessoas das comunidades e famílias, ligados por laços de conhecimento e parentesco.

Um resultado desta migração foi a qualificação em ofícios e espaços urbanos de boa parte dessa força de trabalho originariamente rural, que era empregada sem outro preparo que a lida no campo, e que frequentara no máximo a escola de roça. As pesquisas com migrantes dos anos 1960 e 1970 mostravam baixas taxas de alfabetização, mínima escolaridade formal. Os depoimentos de migrantes dessa época confirmam isso: havia demanda de escreventes de cartas e eles lembram-se com orgulho de entender as plantas técnicas, embora não soubessem ler.

Tornaram-se, enfim, operadores competentes de equipamentos de certa sofisticação, mas não consideram que aquele tenha sido um aprendizado difícil. Jovelino

descreve isto:

"Toda ferramenta é igual. Difícil é entender regra de roça."

Assim, estes migrantes não guardam a memória do aprendizado urbano, mas guardam muito concretamente a lembrança do aprendizado agrícola; do urbano lembram muito mais o esforço físico, a jornada extensa e, naturalmente, o pagamento em dinheiro.

A experiência de São Paulo marcou o conhecimento do mundo daqueles que retornaram, para quem as experiências de trabalho e vida passaram a ser mediadas por referências maiores que a vizinhança. Os camponeses souberam aproveitar estas oportunidades: do mesmo modo que fazendas e empresas construía nesta época sua noção de eficiência, referiram seus negócios a preços sinalizados por um mercado nacional, assim também trabalhadores mediram-se por essa sinalização e investiram boa parte, ou talvez a maior parte, dos seus esforços coletivos para construir na primeira metade dos anos 1980 suas organizações também nacionais.

Retorno

Desde a segunda metade dos anos 1970 o emprego foi se retraindo na construção civil em São Paulo e nas grandes obras dos tempos da ditadura. Os salários no setor urbano caíram, no Nordeste de Minas subiram um pouco, a migração tornou-se uma opção cada vez mais difícil e o retorno, muitas vezes, quase uma contingência. Desde então as migrações rurais foram orientadas para cidades mais próximas, de mercados de trabalho mais difíceis, como Belo Horizonte, Betim, Ipatinga; cidades médias como Teófilo Otoni, Governador Valadares; ou para as distâncias das novas fronteiras: Pará, Rondônia.

Nessa época, quando se acabavam as antigas relações de agregação e a fertilidade da terra nas fazendas e sítios e, ao mesmo tempo, surgia a crise dos anos 1980 e a abertura política, nasceu a organização sindical dos trabalhadores rurais e renasceu a luta pela terra. As duas surgiram animadas pela Igreja Católica, que realizou paciente trabalho de formação e educação política desde o começo dos anos 1970 nas Dioceses de Teófilo Otoni e Araçuaí. A Igreja apoiava seu trabalho de sensibilização nos dilemas do migrante: a

terra que expulsa, a cidade que não acolhe, o emprego que não existe⁴.

Por essa época o mercado de trabalho urbano não atraía muitos sitiante ou agregados. Os últimos agregados das fazendas trocavam uma situação difícil na fazenda por um futuro muito turvo na cidade. Mas a fazenda queria a terra, e quando tornou-se mais ativo o mercado fundiário, compradores exigiam que as terras fossem entregues *limpas*, quer dizer, sem agregados.

No Mucuri, em Poté, havia sido fundado em 1962 o primeiro sindicato de trabalhadores rurais de Minas Gerais⁵. Ele nasceu com lavradores e Igreja Católica: o padre - segundo os militantes históricos Serafim Cardoso, Adauto e Joaquim de Poté - gostava de "assuntos sociais" e tinha medo da influência do Partido Comunista no meio rural. Logo depois de criado o sindicato veio o golpe militar, a perseguição política, a prisão dos diretores: o "pegapracapá" como define Serafim. A Carta Sindical precisou ser escondida embaixo de uma pilha de tijolos, e pouco mais restou aos seus diretores e sindicalizados que um encontro duas vezes por mês na Capela de São Miguel, para celebrar juntos e em silêncio a fé e a luta.

A proposta de uma Igreja voltada para os pobres prosperou nos anos 1960 e emergiu, enfim, nos 1970, pois no Nordeste mineiro existiram dois estímulos. Um era o fabuloso êxodo que acontecia e aconteceria na região e a falta de opções de ocupação para a população rural a partir de meados dos anos 1970. Outro, foi a recomendação do bispo para tratar com zelo o campo, pois temia o avanço dos pentecostais e acreditava que as comunidades eclesiais de base seriam a melhor maneira de enfrentá-los. Nesse cenário a Igreja aliou-se aos pobres da roça e deu origem ao que, depois, veio a ser história.

Nenhum dos compromissos religiosos ou políticos, métodos ou instrumentos estava elaborado quando a Pastoral Rural nascia, movimentando os remanescentes do velho sindicato de Poté. De acordo com as lembranças dos que viveram este momento tudo foi-se inventando, porque das antigas lutas dos anos 1960, que construíram os sindicatos de Governador Valadares e Poté, pouco restou além de lembrança e medo. Não foi possível herdar métodos, pois o que se fizera às claras nos anos 1960,

não era possível ser feito nem entre quatro paredes nos começos dos anos 1970; e o que fora tentado pelas vanguardas nos anos finais dos 1960 perdera completamente o sentido numa época que nenhuma atitude ousaria ser individual. Poderiam ser ações de comunidades, trabalho de Igreja, momentos de evangelização: somente atitudes de sujeitos coletivos.

Jerônimo Nunes - padre português da Sociedade Missionária da Boa Nova, que jamais tivera presença no Brasil, mas que decidira, empolgada por Medellín, pelas guerras da descolonização africana e por demandas da Diocese, aventurar-se pelo Brasil - conta que as coisas foram inventadas, *aos poucos*. Buscavam métodos em todo o Brasil, repartiam as angústias da caminhada com outros grupos pastorais, e combinando teimosia e fé estruturaram a Pastoral Rural - origem da Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Sem Terra na região - que animou a luta por terra dos sitiante, agregados e migrantes, que retornavam ou que jamais partiram.

Desse encontro entre fé e política nasceu - muito mais que renasceu - o moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais mineiros e a luta pela terra. Nela, confundia-se a experiência de lavradores migrantes, que passaram de sitiante ou agregados a empregados, de empregados a excluídos, e de excluídos a retornados. O sindicato, mais que uma garantia - como fora para trabalhadores urbanos em São Paulo -, era uma esperança. O campo do trabalho sindical nesse tempo confundia-se com o religioso e o político pois a ditadura só deixava o estrito espaço para que essas ações acontecessem juntas.

O sindicalismo de trabalhadores rurais começou enfrentando dificuldades porque existiam poucos bons exemplos de ações sindicais, e além do mais havia a força do domínio fazendeiro. Por isso o sindicato era mais acolhido entre sitiante, e em quase todos os municípios foram estes - que não deviam submissão a donos de terras e pouco tinham a perder - que abraçaram as propostas sindicais e levaram à frente seu projeto de luta pelos, então, imprecisos direitos. E a descoberta do sindicalismo não foi apenas o direito trabalhista: foi, talvez principalmente, o direito à terra, pois sob muitas das antigas relações de agregação existira a tomada de posses e a incor-

poração de posseiros a terras que a fazenda incorporava. Isso ficou em silêncio enquanto durou a agregação, mas emergiu com força ao final, pois a agregação era baseada em reciprocidades e dons, e expulsar agregado ou "impor condição" rompia a mutualidade que a sustentava.

Assim, muitos dos últimos agregados tornaram-se posseiros e, juntando-se aos migrantes que retornavam e sitiante que não tinham mais lugar na terra dos pais, foram todos às lutas. O direito do posseiro validou muitas ações dos sindicatos e forneceu ao tema do 'desagregado' um inusitado apelo à luta por terra que, com alguma astúcia, cabia nos estreitos direitos que lavradores possuíam, nas brechas que o poder permitia à legislação. Enfrentando pressões e conflitos, sindicatos e Igreja sustentaram este como seu mais caloroso combate, e foi dele que surgiu a conquista da terra, que fortaleceu enfim o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Este estreou em Minas Gerais com a ocupação da fazenda Aruega, em Novo Cruzeiro, nessa parceria de noviços de tomada de terra, veteranos em lutas por direitos de agregados: os sindicatos e a Igreja Católica, reunindo sitiante e agregados, migrantes e recém-expulsos da terra. Depois foram outras terras: Santa Rosa, Saudade, Lajinha, Craúno e Jardineira, Campo Novo; tantas outras.

Novas estradas

Quase 30 anos depois das grandes migrações, passados 20 anos do retorno de muitos dos camponeses que foram a São Paulo, e já mais de 10 anos após a primeira conquista da terra pelas organizações dos lavradores do Nordeste mineiro, visitar seus assentamentos é uma experiência muito rica. Colhendo mantimentos de suas próprias lavouras, vivendo em boas casas de alvenaria, exibindo uma conscienciosa cidadã dos seus direitos, as conversas dos assentados são marcadas fortemente pela história que viveram, pela luta passada e presente, e - sempre, invariavelmente - pela experiência migratória ou pelas suas marcas, que se confundem e exibem por todas as partes. Mesmo naqueles que não viajaram.

A migração aparece, inicialmente, na história da família, principalmente na distribuição da família mais extensa. Todos os lavradores têm família, como dizem, *no*

trecho; quase sempre irmãos. Formam redes de parentesco que cobrem quase todo o Brasil, espalhados por conta das já remotas migrações para as fronteiras agrícolas - Sul da Bahia, Rondônia, Maranhão e Pará - ou das migrações para as cidades grandes que marcaram os anos 1970, ou, ainda, daquelas últimas e geralmente pouco afortunadas tentativas de empregar-se nas médias cidades deste mesmo Nordeste, nos anos 1980 e 1990. Como não poderia deixar de ser, irmãos que migraram em contextos históricos variados - fronteira aberta, expansão do emprego ou crise econômica - encontraram posições ocupacionais muito diferentes, dadas as oportunidades, empregos, salários e oferta de capacitação. Muitos dos que permaneceram na fronteira agrícola tornaram-se proprietários, e aqueles que foram pioneiros na migração para as cidades grandes conseguiram bons e estáveis empregos, às vezes no setor público ou grande empresa. Mas, os que migraram por último, já na piora do emprego que marcou a fase posterior aos anos 1980, raramente estão bem com a renda e o emprego. Por isso as famílias de assentados recentes apresentam uma desigual e aparentemente estranha distribuição interna de renda e bens, mas quase toda estranheza é perfeitamente explicada pelas conjunturas de migração e fortuna do emprego.

E, a migração aparece no presente das famílias. Anos de decréscimo da renda agrícola, lentidão e incerteza dos créditos, anos de dura concorrência com preços agrícolas subsidiados no exterior e produtividade crescente na agropecuária integrada criaram um enorme desalento entre os que vivem de lavoura. Isto deu ânimo para que os filhos de assentados iniciem - ou reiniciem - a incerta viagem que seus pais, tios, avós já fizeram. Por isto, entre assentados, assiste-se recentemente a nova pulverização das famílias, com a reincidência da migração atingindo os jovens, que vão chegando à idade adulta e inventando trajetórias novas, pois não encontram condições de viver da terra, ou a terra não os comporta. Os pais assentados, às vezes uma década depois de estabelecidos na terra, assistem à saída dos filhos e, assim, refazem seus laços com as cidades - pois a grande Belo Horizonte tem sido no final dos

anos 1980 o seu destino - que está outra vez bem perto das grotas do Nordeste mineiro.

Mas como assentamentos são marcados pela experiência da antiga migração, os assentados sabem que existem alguns ganhos e uma certa circularidade positiva nestas viagens. Mesmo as saídas de jovens servem para tornar mais precisa, a seus olhos, a medida do tamanho do mundo. E, da mesma forma que falam com orgulho do voltarem a Belo Horizonte como lutadores - para ocupar o INCRA, para negociar liberação de créditos, para exigir rompimento de acordos com o FMI, e não mais na incômoda situação de desempregados ou subempregados -, percebem que os filhos que saem da terra conquistada na luta entram na capital um pouco melhor que os pais. Filhos entram num mercado de trabalho que não os querem; mas entram na cidade grande, 20 ou 30 anos depois dos pais, e levam o aprendizado da luta, o sentimento forte de pertencimento ao lugar, à terra e à família; ao Brasil. Migram como os pais, porém, um pouco mais cidadãos.

* Eduardo Magalhães Ribeiro é Economista e Historiador, Prof. da Universidade Federal de Lavras/MG. (O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa de MG que custeou parcialmente este estudo).

NOTAS

1. Consultar Balan (1973), Durham (1973), Martins (1981) e Martine (1994); sobre incorporação desta população à cidade ver Camargo (1976) e Hogan (1978).
2. Consultar sobre migrações do Nordeste mineiro os trabalhos de Martins (1986), Medeiros Silva (1990), Rios Neto e Vieira (1990), Silva (1991), SPM (1991), Ribeiro (1996), Carvalho (2000) e Galizoni (2000).
3. Estudos dos anos 1970 mostram a diferença entre salários do campo e cidade: de 150% nos finais da década de 1950 e começos dos anos 1960 caiu por toda década de 1960 e 1970, até atingir 28% em 1977. Nas décadas de 1960 e 1970 - principalmente entre 1969 e 1977 -, houve maior crescimento nos salários da construção civil. Na média, um assalariado rural nos finais dos anos 1960 precisava trabalhar 46 dias para atingir o ganho mensal dos serventes da construção civil. Consultar Bacha (1979), Souza e Baltar (1979), Souza (1980) e Aguirre e Bianchi (1989).
4. O "Herói esquecido", cartilha editada pela Pastoral Rural da Diocese de Teófilo Otoni, sintetiza as angústias da época: "Tem mineiro no Mato Grosso/ tem mineiro no Paraná / tem mineiro no Rio Grande / tem no Belém do Pará / (...) / sua labuta é tão grande/ colhe pouco resultado / pra São Paulo ele quer ir / deixa a família e o roçado / (...) / despreza a pátria mineira / que aqui a pobreza é demais."
5. A história do Sindicato de Poré é contada por Joaquim Pereira da Silva Neto, Joaquim de Poté (1996) e Serafim Silva Cardoso, em Ribeiro (1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIRRE, B. M. B. e BIANCHI, A. M.
(1989) "Reflexões sobre a organização do mercado de trabalho agrícola". *Revista de Economia Política*, 9 (1), janeiro-março.
- BACHA, E. L.
(1979) "Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil". *Planejamento Econômico*, 9 (3), dezembro.
- BOSCO, S. H. e JORDÃO NETTO, A.
(1967) *Migrações*. São Paulo, SEAGRI/SP.
- BALÁN, J.
(1973) "Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa". *Estudos CEBRAP*, nº 5, julho-setembro, p. 5ss.
- CAMARGO, C. P. F. de et al.
(1976) *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola.
- CARVALHO, M. G.
(2000) *Lutas e conquistas de lavradores*. Dissertação (mestrado), Lavras, UFLA.
- DURHAM, E. R.
(1973) *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. SP, Perspectiva.
- GALIZONI, F. M.
(2000) *A terra construída*. Dissertação (mestrado). S.P., FFLCH/USP.
- HOGAN, D. J. et al.
(1978) *Cidades: usos & abusos*. São Paulo, Brasiliense.
- MARTINE, G.
(1994) "Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século". *Revista brasileira de estudos de população* 11(1) jan/jul.
- MARTINS, J. de S.
(1981) *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- MARTINS, J. de S.
(1986) "O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil." In: *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis, Vozes.
- MEDEIROS SILVA, N. III de
(1990) "Vale do Jequitinhonha: incorporação e transformações estruturais". In: NABUCO, M.R. (org.). *Contradições do desenvolvimento agrícola de Minas Gerais: uma perspectiva regional*. BH, CEDEPLAR/UFMG.
- POTÉ, J. de
(1996) *Semear esperanças*. Belo Horizonte, O Escriba.
- RIBEIRO, E. M.
(1996) *Lembranças da terra*. Belo Horizonte, Cedefes.
- RIOS-NETO, E. e VIEIRA, P. M. R. D.
(1990) "Mulheres de migrantes sazonais no Vale do Jequitinhonha." In: NABUCO, M.R. (org.). *Contradições do desenvolvimento agrícola de Minas Gerais: uma perspectiva regional*. BH, CEDEPLAR/UFMG.
- SOUZA, P. R. e BALTAR, P. E.
(1979) "Salário mínimo e taxa de salários no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 9 (3), dezembro.
- SOUZA, P. R.
(1980) *Emprego, salários e pobreza*. Campinas, Hucitec/FUNCAP.
- SILVA, M. A. M.
(1991) "As mulheres de grotas e veredas." SP, SPM.
- SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES -SPM.
(1991) *Migrantes temporários: Peregrinos da Resistência*. SP, SPM.